

Rosane Mavignier Guedes

1. Introdução

A “não tradução” sempre foi um recurso utilizado por tradutores ao longo da história, recurso este analisado e julgado sob diversos prismas: ora como heroísmo, ora como covardia; ora como servidão ao autor e à língua de origem, ora como desrespeito à língua de chegada; ora como atendimento ao princípio da alteridade, ora como atendimento ao princípio da domesticação. Desde a Roma antiga, quando a tradução do grego era o instrumento de incorporação daquela cultura, que a tradução é origem de reflexões. E, a partir de Cícero, incontestavelmente o primeiro teórico da tradução, até nossos dias, sempre houve quem questionasse as decisões do tradutor. Este, como disse D’Alembert, “está sempre à beira do precipício”; seja qual for sua atitude, estará sempre sujeito a críticas. As dificuldades tradutórias podem estar presentes em todos os tipos de textos e situações: literário, técnico, nomes próprios, expressões padronizadas de uso comum ou próprias à terminologia de certos campos profissionais. Da mesma forma podemos ter várias soluções: desenvolver ideias presentes no texto de partida, explicá-las em notas, criar neologismos ou manter o original, recorrendo a empréstimos e decalques. As palavras se encontram e se divergem; há momentos em que o tradutor tem que se explicar, pois tudo é traduzível e tudo é intraduzível. Esse possível desencontro vem do sentido que uma certa palavra tem em seu mundo, independente das possibilidades apresentadas pelos dicionários, isso quando constam de dicionários de outros idiomas.

Umberto Eco (ECO, 2007: 51) explica que “as palavras têm um significado na medida em que os autores de dicionários tenham estabelecido definições aceitáveis. Mas essas definições dizem respeito a muitos possíveis *sentidos* de um termo *antes* que ele seja inserido em um contexto e fale de um mundo”. E coloca a questão: “Qual é o sentido que as palavras adquirem verdadeiramente uma vez articuladas em um texto?”. Essa questão foi abordada por Paulo Rónai (RÓNAI, 1987: 13) quando comentou sobre a traduzibilidade e a intraduzibilidade de textos literários; disse ele: “todo texto literário é fundamentalmente intraduzível por causa da própria natureza da linguagem. (...) [A]s palavras isoladas não têm sentido em si mesmas: a sua significação é determinada pelo respectivo contexto”. Ocorre que o contexto cultural no qual a palavra foi utilizada na língua-fonte não será o mesmo encontrado na língua-alvo. Rónai observa que, num texto literário, muitas vezes são “as palavras que fazem brotar idéias”, mas não explicou que em textos não literários pode ocorrer o mesmo, já que, segundo o próprio Rónai (1987:16) “os maiores obstáculos da tradução seriam formados por conceitos que só têm designação em um único idioma”. Porém não são as palavras intraduzíveis que mais atrapalham o tradutor. Para Rónai “as dificuldades começam com as palavras traduzíveis, pois as mais simples entre elas escondem armadilhas” (1987: 17).

Outro aspecto importante da problemática que envolve a prática da tradução é aquilo que Walter Benjamin definiu como A Língua Pura. A mesma expressão foi usada por Henri Meschonnic (MESCHONNIC, 1997: 257) para explicar que “Uma língua pura seria uma língua que não teria sido penetrada por nenhum elemento estranho (...). Ela rejeita não só todas as expressões que ferem o pudor e que sujam a imaginação, mas também aquelas que podem ser mal interpretadas” (1997: 257). E completa seu conceito: “Uma língua é sempre pura quando se desenvolve ao abrigo das influências externas”. Assim, não se deixando penetrar por nenhum elemento estranho, ela se mantém casta, imaculada. E para manter essa pureza, há a rejeição à introdução de palavras estrangeiras por meio do decalque e do empréstimo.

Meschonnic esclarece (1997: 259) que a luta pela pureza se deu no final do século XVI. Para afastar-se da influência do vizinho (a Itália), a França iniciou uma luta contra todos os decalques eruditos, isto é, helenizações e latinizações, além da luta contra os regionalismos, os populares e os técnicos — termos médicos e jurídicos. Apesar dessa luta, esse recurso tradutório sempre esteve em discussão e foi no século XX que ele foi registrado como um procedimento técnico da tradução pelos lingüistas canadenses Vinay e Darbelnet (1977, *apud* BARBOSA, 2004: 22). Recentemente, José Lambert¹, pesquisador na área dos Estudos da Tradução, em conferência proferida na UFRJ, enfatizou o uso do decalque como recurso tradutório ao afirmar que “[a] não tradução faz parte da tradução: é o decalque”.

Nesse contexto, no qual o tradutor se depara com a impossibilidade de traduzir, podendo recorrer ao decalque” ou ao empréstimo. como a outras soluções, este trabalho apresenta um panorama histórico do posicionamento dos mais importantes teóricos da tradução, a partir do século XX, diante desse impasse: traduzir ou não traduzir. E, se traduzi-lo, como fazê-lo?

2. A “não tradução”, de Cícero a Benjamin

Analisando a prática da tradução ao longo da história, desde o Império Romano, vemos que a tradução colaborou com a formação das línguas e mesmo com a formação da identidade nacional. Os Romanos, ao expandirem seu domínio, expandiram também sua língua. O latim escrito vai se tornar a língua veicular da Europa medieval, sendo praticada pela Igreja, pelos legisladores e pelos intelectuais; enquanto que o latim falado — a língua romana rústica — difundido por soldados, comerciantes, etc., dará a luz a várias outras línguas romanas. Porém, a tradução não estava presente apenas na atividade dos intérpretes. Mesmo antes da Era Cristã, Roma já era a grande depositária do patrimônio da civilização grega. Mas para que o conhecimento fosse transmitido, era preciso a atuação dos tradutores. Nessa prática, Cícero, foi incontestavelmente o primeiro teórico. Adotando o método de adaptação dos textos gregos aos usos latinos, Cícero se colocava muito mais como orador do que como tradutor (OSEKI-DÉPRÉ, 2006: 19); ele não se prendia à tradução palavra por palavra e pensava no leitor. Dessa forma, as dificuldades tradutórias eram disfarçadas, pois as lacunas eram preenchidas com os recursos da língua de chegada, conforme explica Cícero (*apud* OSEKI-DÉPRÉ 2006: 19), “usando todavia termos adaptados aos hábitos latinos. (...) [Q]uanto ao espírito e ao valor das palavras, eu os conservei...”². Tal procedimento técnico constitui-se no que hoje

conhecemos como adaptação, no qual o texto é recriado em uma outra situação considerada pelo tradutor equivalente à situação extralinguística a que se refere o texto original. Oseki-Dépré (2006: 20) explica as palavras de Cícero assim:

Se Cícero, colocando-se decididamente em favor de uma das vertentes da tradução, aquela orientada para o público, e conseqüentemente para a língua de chegada, torna-se a referência explícita e implícita dos tradutores posteriores, desde São Jerônimo, cinco séculos depois, até a corrente majoritária de tradutores contemporâneos, ele terá uma influência ainda mais forte sobre os tradutores franceses clássicos, do século XVI ao século XVIII.

Dessa forma, o problema da “não tradução” não existia, já que os empecilhos eram resolvidos através de uma adaptação. Mauri Furlan (2006: 23) explica que, para Cícero, “traduzir é suplantando o original, é reinventar a fonte grega, apropriar-se dela e latinizá-la”. Concluímos que a idéia é que a tradução significa a reconstituição do texto original, dando um novo significado adaptado aos costumes; em outras palavras, é submeter o texto original a um processo de naturalização.

Como já foi dito, cinco séculos após Cícero, outro expoente na história da tradução, São Jerônimo, apresentava suas dúvidas quanto à melhor forma de traduzir e quanto às soluções para as dificuldades surgidas na prática desse ofício. O primeiro drama encontrava-se na dicotomia tradução de textos religiosos / tradução de textos profanos. Para ele, aos textos religiosos, deve-se aplicar o método da tradução palavra por palavra, ou seja, a tradução literal, segundo os conceitos de Vinay e Darbelnet (1977, *apud* BARBOSA, 2004: 24); aos textos profanos, deve-se aplicar o sentido por sentido, o que se resume na dualidade tradução fiel para o sagrado e tradução livre para o profano, seguindo a idéia dos clássicos latinos, entre eles Cícero. Em sua *Carta LVIII*, ele enumera as dificuldades tradutórias encontradas e, na *Carta XX*, as impossibilidades da tradução de palavras estrangeiras, sugerindo conservá-las em sua forma original, o que quer dizer “não traduzir”. Podemos compreender essa solução como o procedimento técnico do empréstimo que se dá quando se considera importante conservar o item lexical em forma original, geralmente devido às questões de estilo (BARBOSA, 2004: 98). A tarefa de São Jerônimo de traduzir a Bíblia para o latim vulgar, para atender a necessidade de instruir, “causa horror, devido ao estilo quase bárbaro, cheio de justaposições e de torneios estranhos” (OSEKI-DÉPRÉ, 2006: 22).

Ainda na Idade Média, na Idade Média Clássica que vai do século XI ao século XIII, nascem as universidades, levando à formação de uma nova elite intelectual. Então a Igreja empreende a sua transformação, dando abertura para traduções mais livres. Sempre no intuito de difundir o catolicismo, introduz as traduções numa nova era. A partir daí, passa a ser praticada uma concepção de tradução em que o texto original, devido à necessidade, é praticamente substituído pelo comentário. Desse modo, os textos religiosos, formadores de opiniões, poderiam ser manipulados segundo a interpretação a eles dada. “Valorizava-se a possibilidade de enriquecê-lo, corrigi-lo e variá-lo” (FURLAN, 2006: 23). Da mesma forma que na época de Cícero as dificuldades tradutórias não existiam, não havia a possibilidade da “não tradução”, visto que os textos eram submetidos a diversos procedimentos tais como a reconstrução de período, a reorganização, as melhorias e, sobretudo, a paráfrase. Assim, verificamos que é por meio desses recursos que o texto se torna comentário. Esses procedimentos são classificados por Newmark como tradução comunicativa (1981, *apud* BARBOSA, 2004: 53).

Durante a Baixa Idade Média, período que vai do século XIV ao século XV, caracterizada pela rivalidade que opõe os reinos da França e da Inglaterra, a idéia de nação cresce e começa a ganhar poder. E, sendo a língua o símbolo maior de uma nação, surge a necessidade de uma língua nacional. Nesse contexto, Charles V, *le Sage*, incentiva e impulsiona a prática da tradução; trata-se da Escola de Charles V. Esta pregava particularmente a clareza e a elegância dos textos. Entretanto, para alcançar esse ideal, deparava-se com dificuldades tradutórias, como podemos detectar pelo comentário de Michel Ballard sobre Nicole d’Oresme, contratado por Charles V para traduzir Aristóteles. Diz o texto:

Foi impossível traduzir totalmente Aristóteles, pois há palavras em grego que não têm correspondentes em latim. E considerando que no momento o latim é uma língua mais completa e abundante que o francês, por razões muito fortes não foi possível transpor com dignidade todo o latim em francês. (BALLARD, *apud* OSEKI-DÉPRÉ, 2006: 23-24)

Mas como Oresme conseguiu resolver este impasse: a “não tradução”? Através do neologismo. Aproximadamente quatrocentos e cinquenta neologismos — *aristocratie, démagogue, législation, politique*, etc. — são creditados a Oresme. Ele pregava que os termos técnicos de uma ciência tinham um sentido muito forte para serem transformados em termos sem o mesmo peso; assim, a solução era criar novas palavras, cujo sentido era explicado por definições em glosas³.

Com o advento da imprensa e de outros eventos que marcaram o fim da Idade Média, a França vai buscar na Itália Renascentista o movimento Humanista, este marcado pelo retorno aos textos antigos, de onde saem os modelos de vida, de escrita e de pensamento. Mas a França está mais madura; precisa de uma língua mais forte para não causar as mesmas críticas ocorridas no período precedente. Assim, os reis da França, um após outro, começam a árdua luta para que a língua francesa ganhe personalidade e se torne independente do latim. Mais uma vez a tradução foi utilizada como veículo para a formação e fixação da língua. Nesse retorno aos textos clássicos, uma nova concepção de traduzir teria surgido “libertando-se do peso das interpretações e interpolações seculares a que haviam sido submetidos” (FURLAN, 2006: 26). Porém o momento era de efervescência política; católicos e protestantes estavam em luta. Assim, sob a batuta da Igreja, a Inquisição mandou Étienne Dolet para a fogueira. Dolet, por volta de 1540, apresentou em seu tratado de tradução a questão da impossibilidade tradutória: “Quando as duas línguas forem expressas, nenhuma locução poderá ser perdida, nem mesmo a linguagem mais íntima do Autor” (OSEKI-DÉPRÉ, 2006: 24). Vale lembrar que era um momento em que a França procurava se afirmar pela sua língua, pela sua independência do latim. Já era um início do que viria a ser *Les Belles Infidèles*. A dificuldade em relação ao grego também foi sentida por Du Bellay; ele preconizou enriquecer a língua por meio de imitações, em vez das traduções, dos melhores autores gregos e latinos e também por meio de neologismos. Em sua obra *Defesa e Ilustração da Língua Francesa* (1549), no capítulo VI sobre os maus tradutores, Joachim Du Bellay afirmou: “Cada língua tem um não-sei-quê que lhe é próprio (*je ne sais quoi propre seulement à elle*) e se vocês se esforçarem por expressar o original, observando a lei de traduzir que é não se afastar dos limites do outro, sua expressão será forçada, fria e inadequada” (FURLAN, 2006: 301).

Outro membro da *Pléiade*, Jacques Peletier, defendia o princípio de que era preciso dar vida aos textos velhos, renovando com beleza, luz e credibilidade. Ocorre que

ao longo da Renascença, isto é, de todo o século, duas correntes de intelectuais propunham maneiras diferentes de enriquecer a língua. De um lado, em 1509, o tradutor Claude de Seyssel propôs ao rei Louis XII usar a tradução para enriquecer e enobrecer a língua francesa.

Um grupo de tradutores e poetas da corte estimam que a tradução é um bom exercício de estilo, podendo contribuir para o enriquecimento da língua. [...] Tal não é a opinião dos poetas Humanistas da *Pléiade*, impulsionados por Ronsard. Afirmando o contrário, que a tradução constitui um perigo tanto para a língua como para a literatura, eles encarregam Du Bellay de dar a resposta, o que aconteceria através da *Defesa e Ilustração da Língua Francesa*". (DELISLE, WOODSWORTH, 1995: 51)

Mas Jacques Amyot (1513 – 1593) defendeu o enriquecimento da língua tendo como preocupação principal “ser o mais claro possível”. Para tanto era preciso “eliminar os neologismos bárbaros, indicar as respostas lógicas entre as frases e os parágrafos, adotar um estilo simples e natural, confiar no ouvido para garantir a harmonia da frase”. Assim, podemos detectar a origem das *Belles Infidèles*, apesar de seu apogeu ter se passado no século XVIII, “e cuja tradição até há pouco tão gravemente prejudicou a técnica de verter para o francês qualquer autor estrangeiro” (RÓNAI, 1987: 47).

O período seguinte — Classicismo — foi marcado pelas *Belles Infidèles*, cuja preocupação estava em outro campo: o estético (número de palavras, beleza, estilo). De acordo com essa concepção de tradução, o tradutor deve colocar-se com relação à própria escritura em uma relação tão direta quanto em relação ao original natural. Segundo De Tende (1660), “para que uma tradução seja considerada excelente, não deve absolutamente parecer uma tradução, mas uma obra natural e uma produção que pertence totalmente a nosso espírito” (*apud* BALLARD, D’HULST, 1996: 52). As questões de intraduzibilidade não apareciam, pois se tudo era traduzido ao bel-prazer do tradutor, ao deparar-se com questões difíceis era fácil solucionar: bastava recriar com bem quisesse. Esse procedimento é equivalente ao que Vinay e Darbelnet definiram como adaptação, através do qual a solução para uma dificuldade tradutória vai de “um ordenamento de uma unidade menor (a palavra) envolvido no ‘empréstimo’, passando pelo sintagma, envolvido no ‘decalque’, até atingir uma reformulação total de um segmento de texto, envolvida na ‘adaptação’” (BARBOSA, 2004: 81).

Mas as traduções perdem o prestígio com o advento do Iluminismo. Não havia mais a necessidade de se inspirar em filosofias antigas, nem mesmo de estabelecer as normas e o bom uso da língua francesa. Os filósofos desse movimento cultural e intelectual precisavam que era melhor pensar idéias novas do que traduzir os Antigos, como podemos comprovar em *Lettres persanes* de Montesquieu: “*vous ne pensez pas! Vous parlez pour les autres et ils pensent pour vous*” (OSEKI-DÉPRÉ, 2006: 35). Mas os tradutores continuavam a existir, e foi uma mulher — Mme. Dacier — quem deu continuidade à tradução de textos dos Antigos, no caso de Homero, apresentando as duas grandes dificuldades de traduzibilidade: a ordem poética e os valores morais. Assim perguntamos: Até onde vai a intraduzibilidade de um texto considerado perfeito? E respondemos: até onde começa a criatividade do tradutor. E foi assim que Mme. Dacier encontrou a solução para seus impasses, perifrasedo.

Egger, em sua Revista de Traduções de Homero, comenta o fato de que Mme. Dacier é a primeira pessoa a não ousar reproduzir as comparações homéricas, servindo-se de perífrases para evitá-las. (OSEKI-DÉPRÉ, 2006: 37)

Essa posição também foi tomada por Rivarol, que para traduzir Dante precisou recorrer à adaptação. Ao fazer observações sobre a importância da tradução como meio de enriquecimento da língua, também mostrou as dificuldades tradutórias: “Eu asseguro que todas as vezes que a tradução palavra por palavra só reproduzir besteiras ou imagens desagradáveis, eu tomo o partido da dissimulação. (...) A palavra mata e o espírito dá vida” (OSEKI-DÉPRÉ, 2006: 38). Assim, utilizou recursos próprios para que o texto fosse aceito na cultura do público alvo, por exemplo: ao expressar apenas a intenção do poeta; ao generalizar ou ao restringir o sentido de uma palavra. E, diante da “não tradução”, apresentar a face do poeta apenas pelo seu perfil.

O século seguinte foi marcado pelo sentimento de nacionalismo, tendo como movimento propulsor o Romantismo. Chateaubriand, que no campo da literatura representou a passagem do Classicismo para o Romantismo, foi um dos grandes expoentes da tradução. A respeito de sua tradução do *Paraíso Perdido* de Milton, fez algumas observações sobre sua experiência: o respeito, ou melhor, o decalque da sintaxe inglesa em detrimento das regras *du bon usage* francesas; a citação (o que hoje é considerado como ativação da intertextualidade [OSEKI-DÉPRÉ, 2006: rodapé]); o neologismo; a explicitação, quando a diferença cultural é acentuada (2006: 48). O método básico adotado por Chateaubriand foi o literal, sendo que ele recorreu a vários outros procedimentos técnicos para resolver as questões de intraduzibilidade, não permitindo a “não tradução”. É um posicionamento definido por Berman como *le respect du projet du texte source*, e continua a crítica dizendo que “a palavra por palavra é insuficiente e fonte de erros, e não se pode confundir com a literalidade” (2006: 49-50). Esse respeito ao texto fonte foi uma revolução empreendida por Chateaubriand no campo da tradução, já que ele decidiu manter a sintaxe da língua inglesa contra a linha adaptadora, ou nacionalista, das *Belles Infidèles*. Foi uma das decisões tomadas por ele: o decalque. E quando a intraduzibilidade lhe parecia invencível? “Quando a obscuridade for invencível, eu a deixo: através dessa obscuridade sentiremos ainda a divindade” (2006: 52). Outros autores do século XIX também se ocuparam da prática da tradução, sempre fazendo observações a respeito da tarefa do tradutor. Foi o caso de Mme. de Staël com seu curto tratado *De l'esprit des traductions*, no qual ela fala das dificuldades de traduzir uma obra poética, pois nem sempre a língua de chegada tem as mesmas características sonoras da língua de origem. Estas são um dos óbices que a língua impõe à arte de traduzir versos. Nesse momento lembramos dos ensinamentos de Amyot (*cf.* RÓNAI, 1987): “confiar no ouvido para garantir a harmonia da frase”.

O questionamento sobre a tradução de obras literárias é um tema recorrente no campo da tradução. Houve a virada do século, mas as respostas não vieram; ao contrário, outras dúvidas foram colocadas, desta vez por Walter Benjamin.

3. A “língua pura” versus a “não tradução”

O século XX chegou trazendo as dúvidas e discussões que reinaram no passado. Logo em 1923, Walter Benjamin escreveu um texto inovador, que se tornou fundamental

para a teoria da tradução, traçando uma nova e polêmica reflexão sobre o ato de traduzir. Através desse célebre texto — *La tâche du Traducteur (A tarefa do tradutor)* — Benjamin prega o respeito ao Outro, não admitindo que a tradução seja adaptada ao público alvo, já que essa opção leva à “desorientação”. Pois “nenhum poema é feito para o leitor; nenhum quadro para o espectador; nenhuma sinfonia para audiência” (2008: 53). Recriando o texto original com todas as diferenças culturais, a tradução deixa de ser exclusivamente uma atividade interlinguística e abre seus braços para a interculturalidade para superar as diferenças e integrá-las em uma unidade; em suma, é o respeito à Alteridade. Essa nova perspectiva que tomba sobre a prática da tradução fará com que esse notável texto torne-se, no campo da tradução, o texto central do século XX.

Para Benjamin, a essência da tradução está na oralidade, muito mais do que no escrito. Henri Meschonnic explica (MESCHONNIC, 1997: 410): “A tradução mostra que transformar os sentidos do ritmo e da prosódia pode transformar aquilo que se faz com a língua ao traduzi-la”. E completa: “O sentido por si só nunca traduz todo o sentido, já que ele está ligado a uma rede de associações próprias a sua língua”.

E se cada língua tem sua própria sonoridade, seria isto um empecilho à tradução? Seria, como disse Meschonnic: “*C’est même un argument de l’intraduisible*” (1997: 410). Estaria a impossibilidade de traduzir limitada à sonoridade? A resposta pode ir um pouco além, pois, segundo Batalha e Pontes (2004:32),

[n]o esteio da intraduzibilidade, segue a idéia de superioridade de algumas línguas em relação a outras. A concepção metafísica sobre a qual repousa a crença na originalidade de um texto, de uma “língua pura”, pré-babélica, sacralizada, contribuiu para a aproximação do texto literário ao texto religioso e, por conseguinte, para a desvalorização do texto traduzido, percebido então como um texto de “segunda mão”.

É essa aproximação entre o texto profano e o texto sacro que leva ao entendimento do que Benjamin classificava como a Pura Língua. Esta é encontrada no cume do raciocínio do tradutor: a língua verdadeira, que se encontra no entremeio das línguas de origem e de chegada, o tradutor deve aproximá-las e alcançar a completitude.

Benjamin define a Pura Língua como aquilo que toda língua quer dizer, mas que só a totalidade do *vouloir dire* (querer dizer) de todas as línguas consegue. Ao mesmo tempo em que as línguas estrangeiras se excluem, elas se completam; é nesse ponto de interseção que está presente a Pura Língua. Esta ressurgue pelas mãos do tradutor na medida em que consegue juntar os cacos do vaso quebrado.

A metáfora do vaso quebrado é uma daquelas utilizadas por Benjamin para expressar a essência da tradução, e corresponde à união linguística, à língua Adâmica que existia entre os homens do Gênesis até a construção da Torre de Babel. Quando Deus, revoltado com a prepotência dos homens, decide quebrar a comunicação entre eles, Ele quebra o vaso em mil pedaços, a comunicação em mil línguas. Mas existe o *vouloir dire* em cada língua, e é nesse ponto que as línguas se adicionam e alcançam a Pura Língua: o reencontro.

Segundo Umberto Eco (2007: 405-407), para estabelecer que enunciados expressos em uma língua sejam expressos em outra língua de forma idêntica, seria necessário que existisse uma língua neutra. Então, ele propõe três possibilidades: a primeira é a Pura Língua, servindo de “parâmetro para todas as outras línguas (...) uma língua Adâmica originária, anterior à confusão das línguas”. E continua a sua reflexão:

Que a tradução pode presumir uma língua perfeita foi uma intuição de Walter Benjamin: não podendo reproduzir jamais os significados da língua-fonte na língua de destino, é preciso fazer confiança no sentimento de uma convergência entre todas as línguas na medida em que “em cada uma delas, tomada como um todo, uma única e mesma coisa é entendida, que, todavia, não é acessível a nenhuma delas singularmente, mas apenas à totalidade de suas intenções reciprocamente complementares: a língua pura” (2007: 406).

A segunda possibilidade é que se possa construir uma “língua racional”, a língua do pensamento, “radicada no funcionamento universal da mente humana e cujos termos e enunciados possam ser expressos em linguagem formalizada”. A terceira e última sugestão de Eco é que exista uma língua que ocupe o patamar de uma metalíngua: “Deve existir um *tertium comparationis* que permita passar da expressão de uma língua Alfa para aquela de uma língua Beta, decidindo que ambas resultam equivalentes a uma proposição expressa em uma metalíngua Gama” (2007: 407).

Para Berman a “pura língua” é aquilo que ele chama de “o núcleo de oralidade da língua”. Walter Benjamin diz que a solução para a “estranheza das línguas” está na tradução. Nela o original atinge uma zona mais alta e mais pura da linguagem.

Onde se pode buscar a afinidade entre duas línguas, se seu parentesco histórico for abstraído? Nem na semelhança das obras nem na de suas palavras. (...) mas apenas pelo todo de suas intenções reciprocamente complementares: a língua pura. (...) [E]ssas línguas se completam em suas próprias intenções (2008: 56).

Assim, chegamos à conclusão de que, para Walter Benjamin, a “não tradução” não existe, pois a função do tradutor é encontrar a solução através do sentido do original. “Em toda linguagem e nas suas criações resta, para lá do que é comunicável, um ‘não comunicável’. Um *simbolizante* e um simbolizado, dependente do contexto em que se situa” (BENJAMIN, 2008: 95). Cabe ao tradutor encontrar solução para o não comunicável, ou seja, para o Intraduzível, através de um sentido oferecido pelo contexto, que será o mesmo nas duas línguas, alcançando dessa forma a “língua pura”. É o *vouloir dire* na alma, e a “língua pura” na matéria.

4. Conclusão

Traduzir é permitir que outros conheçam textos escritos em línguas que não conhecem; é intermediar esse contato, permitindo a troca de conhecimento. É vindo o Outro que vemos a nós mesmos. Como disse Mme. de Staël: “Não há mais eminente serviço que se possa prestar à literatura do que transportar de uma língua para outra as obras-primas do espírito humano”⁴. Mas para exercer esse “eminente serviço” muitas decisões foram postas em questão. E, como vimos, na tentativa de estipular a atitude mais correta, homens e mulheres ilustres percorreram um longo caminho na pretensão de chegar a um consenso. O que este trabalho tentou mostrar, através de uma exposição panorâmica dos teóricos e práticos da tradução e suas opiniões ao longo da história, é que o consenso é utópico.

A atividade da tradução pode enfrentar dificuldades e complexidades às vezes insolúveis. Seja por meio do decalque ou do empréstimo, a solução para a intraduzibilidade não é apenas uma decisão pessoal do tradutor; ela está ligada a questões políticas, que podem estar no âmbito de uma editora ou de uma firma de

tradução, ou até mesmo no âmbito da política geral estabelecida em determinado momento em um país. Mesmo não sendo apenas uma decisão pessoal do autor, é preciso ter cuidado, pois, como disse Boileau⁵: “O tradutor é responsável por tudo, a ele são atribuídos até mesmo os erros do autor”.

É certo que o tradutor, como disse D’Alembert, está sempre se jogando de um lado para o outro, sempre em busca da perfeição e assim tentando escapar do abismo. O grande problema é quando ele não vê escapatória, e aí tem que negociar, primeiramente consigo, se fazendo perguntas, e depois, como diz Umberto Eco: “negociar com o fantasma de um autor muitas vezes já falecido, com a presença invasiva do texto fonte, com a imagem ainda indeterminada do leitor para quem ele está traduzindo”⁶.

Mas como não são as respostas que movem o mundo, são as perguntas, diante da intraduzibilidade, continuaremos a procurar a resposta fazendo a pergunta: Traduzir ou Não Traduzir? Tendo sempre em mente que “*Aucune route n’est inaccessible à la valeur*”⁷.

Rosane Mavignier Guedes
Mestranda, UFRJ

Notas

¹ Conferência de José Lambert na Faculdade de Letras – UFRJ, dia 29 de abril de 2009.

² Esta e as demais traduções são de minha autoria : “*usant toutefois de termes adaptés à nos habitudes latines. (...) [Q]uant au génie de tous les mots et à leur valeur, je les ai conservés...*”

³ DELISLE, Jean; WOODSWORTH, Judith. *Les traducteurs dans l’histoire*. Disponível na internet em : <http://books.google.fr/books?isbn=2760304124>. Arquivo consultado dia 20/07/2009.

⁴ Clássicos da Teoria da Tradução – Antologia Bilingüe / Francês-Português, p.141.

⁵ Boileau, *apud* revue Traduire n.208.

⁶ Eco, p.405.

⁷ “Todo caminho dá acesso ao valor”. Fórmula que o rei Henri IV, da França, mandou fixar em sua divisa..

Referências

BALLARD, Michel; D’HULST, Lieven. *La Traduction en France à l’Âge Classique – Travaux et Recherches*. Lille: Septentrion Presses Universitaires, 1996.

BARBOSA, Heloisa G. *Procedimentos Técnicos da Tradução*. 2ª ed., Campinas, Pontes, 2004.

BATALHA, Maria Cristina; PONTES JR, Geraldo Ramos. *A Tradução como Prática da Alteridade*. Caderno de Tradução, v. 1 nº 13: UFSC, 2004, p.32. Disponível na internet em <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/6230/5849>.

Consultada realizada em 27/07/2009.

BENJAMIN, Walter. *A Tarefa do Tradutor*. Belo Horizonte, Fale/UFMG, 2008.

DELISLE, Jean; WOODSWORTH, Judith. *Les traducteurs dans l’histoire*. Ottawa/Paris, Presses de l’Université d’Ottawa/Éditions Unesco, 1995. Disponível na internet em <http://books.google.fr/books?isbn=2760304124>. Consulta realizada em 20/07/2009.

ECO, Umberto. *Quase a Mesma Coisa*. Tradução de Eliana Aguiar. São Paulo, Record, 2007.

FAVERI, Cláudia Borges de; TORRES, Marie-Hélène (orgs). *Clássicos da teoria da tradução - Francês-Português*, vol.2. Florianópolis, UFSC, 2004, pp. 86, 140-151.

FURLAN, Mauri (org.). *Clássicos da Teoria da Tradução – Renascimento*, vol. 4. Florianópolis, UFSC, 2006, p.23.

GUERINI, Andréia; ARRIOGONI, Maria Teresa (orgs). *Clássicos da Teoria da Tradução – Italiano-Português*, vol. 3, Florianópolis, UFSC, 2005, pp. 207-217.

LAMBERT, José. “Entrevista concedida a Andréia Guerini e Walter Carlos Costa, professores da Pós-Graduação em Estudos da Tradução da UFSC”. Consulta realizada em 31/07/09: www.periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/9773/9424.

MESCHONNIC, Henri. *De la Langue française*. Paris, Hachette, 1997.

OSEKI-DÉPRÉ, Inês. *Théories et pratiques de la traduction littéraire*. Paris, Armand Colin, 2006.

RÓNAI, Paulo. *Escola de Tradutores*. 6ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1987, p.13.

Resumo

Este trabalho trata das impossibilidades tradutórias – a “Não Tradução”. A partir de uma pesquisa histórica correspondente ao período que começa com Cícero e vai até o início do século XX, com as reflexões de Walter Benjamin, pretendemos mostrar como os teóricos da tradução abordaram o tema e quais foram as soluções propostas por cada um deles. Este caminho percorre momentos cruciais da história: Idade Média, Renascença e Humanismo, Classicismo e Romantismo, culminando com o advento do século XX, tendo como herança as grandes aquisições oitocentistas que interferiram nos acontecimentos socioculturais, políticos e consequentemente nas teorias e decisões tradutórias que viriam estruturar o século XX.

Palavras-Chave: intraduzibilidade, empréstimo, decalque, *vouloir dire*.

Abstract

This study aims to address translation impossibilities, that is, untranslatability. Based on a historical research from the period that begins with Cicero and ends at the beginning of the 20th century, with the reflections of Walter Benjamin, we intend to show how the theoreticians of translation addressed the issue, as well as the solutions proposed by each of them. This period comprises key moments of History: Medieval Age, Renaissance and Humanism, Classicism and Romanticism, culminating with the advent of the 20th century, period in which the knowledge previously acquired interfered greatly with political and socio-cultural events and, consequently, with translation theory and practice.

Key-words: untranslatability, loan, calque, *vouloir dire*.